

A UTILIZAÇÃO DA MÚSICA COMO RECURSO PARA INCLUSÃO DE ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS.

Jordana Almeida Moura Ferreira*
Euriles Monteiro da Silva**

Resumo: Este estudo tem como objetivo apresentar os benefícios que a utilização da música na escola pode oferecer ao processo de inclusão escolar, dos alunos portadores de alguma deficiência. Uma vez que, idealizar os progressos da inclusão é compreender a importância deste método para o desenvolvimento integral dessas crianças, o qual pode ser feito com a utilização da música de qualidade aperfeiçoando assim, o seu desenvolvimento no processo de ensino aprendizagem. Assim, este trabalho apresentará questionamentos a respeito do processo de inclusão e a eficácia da utilização da música como recurso para inclusão de alunos com diversas deficiências na escola regular, dando ênfase às contribuições que podem ser alcançadas através das aulas de música.

Palavras-chave: Inclusão Escolar. Educação musical. Música.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho pretende trazer uma reflexão sobre a concepção de inclusão, destacando os meios musicais para se alcançar uma educação inclusiva, tendo a música como um possível caminho para o desenvolvimento intelectual e social de todos os alunos, principalmente aqueles com necessidades educacionais especiais. E o foco do nosso trabalho está em como as escolas podem utilizar a música, como um mecanismo a mais de aproximação e integração de alunos com alguma deficiência.

A educação inclusiva pode ser definida como a prática da inclusão de todos, independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou cultural em escolas e salas de aula provedoras, onde as necessidades desses alunos sejam satisfeita. (STAINBACK E STAINBACK, 1999).

De acordo com Costa, Marque e Fernandes (2014) na busca por uma instituição que atenda a todos os alunos, com a mesma qualidade, as instituições escolares tem se deparado, cada vez mais, com um cenário de problemáticas sociais que trás a tona o grande desafio dos atuais profissionais da educação: o de como incluir alunos com necessidades educacionais especiais, neste contexto de diversidade.

*Pedagoga; graduada em Música e Especialista em Docência Universitária. jordanaamf@hotmail.com

** Filósofa; Especialista em Filosofia Política e em História Cultural, lucanus3@hotmail.com

Segundo Mantoan (2003), a procura pela qualidade de ensino requer posturas inovadoras e exige que a escola se atualize e que os professores aperfeiçoem suas práticas pedagógicas. O que significa que a inclusão vai além das salas de aula, trazendo mudanças que atinjam toda a estrutura física e humana das escolas.

A música é uma das formas de manifestação artística e estética, e a beleza da criação musical é fundamental para o enriquecimento da vida humana (Nye, 1985). Assim a educação musical se apresenta como um importante instrumento para a construção de um ensino-aprendizagem que estimule a autonomia e a individualidade, sustentada pela valorização e respeito ao outro, proporcionando desta forma uma educação voltada para as diversidades e cooperações mútuas.

Para que realmente aconteça a inclusão, é necessária a utilização de conteúdos significativos para os alunos. Na visão de Rosa (2010), trabalhar a linguagem musical é de suma importância, uma vez que não incide somente em abranger a perfeição nas concretizações musicais das crianças, mas também, na alegria que ela pode proporcionar e nas capacidades de comunicação que esta oferece. A música é linguagem expressiva e, através dela, as crianças podem externar suas emoções. Pois, a mesma tem a capacidade de afetar, atingir, contagiar as crianças, despertando a imaginação e a criatividade especialmente nas que possuem alguma deficiência.

E de que forma a música poderá contribuir nesse processo inclusivo de alunos com necessidades educacionais especiais, será a questão de maior relevância deste trabalho. Pretendendo, desta forma, contribuir para o esclarecimento e enriquecimento dos recursos didáticos das escolas que passam por um processo de inclusão, pautados no respeito à diversidade humana, com participação de todos, garantindo, desta forma, o direito a educação e a igualdade de oportunidades.

O texto tem sua fundamentação, sobretudo, em pesquisa de caráter qualitativo, isso porque, se caracteriza pela valorização do ser humano enquanto aprendiz e ao mesmo tempo construtor de sua própria história. Enaltecendo a importância de um ensino aprendizagem pautado no respeito, na integração social, bem como na compreensão e transformação desta realidade.

Neste sentido, o intuito principal será a construção do conhecimento e não o de opinar sobre o contexto pesquisado, gerando teoria, descrição e compreensão do problema em questão. Desta forma a pesquisa não tem a pretensão de gerar dados, mas sim a de indagar a que outros contextos e sujeitos podem ser relacionados a esta pesquisa. Para tanto o

referencial teórico aborda estudos em musicoterapia, na educação musical e educação inclusiva.

Para Mantoan (2003 p.12)“a escola não pode continuar ignorando o que acontece ao seu redor, anulando e marginalizando as diferenças nos processos por meio dos quais formas e instrui os alunos”. A autora declara ainda que não há como desconhecer que aprender implica em saber expressar, dos mais variados modos, o que sabemos, implica em representar o mundo, a partir de nossas origens, valores, sentimentos.

Assim, com o objetivo de analisar a concepção de inclusão, tendo como pretensão uma educação que seja voltada para a cidadania global, sem nenhum tipo de preconceito, mas que, pelo contrario seja capaz de valorizar as diferenças individuais é o que esta pautado este estudo. Essa reviravolta, segundo Mantoan (2013) exige, em nível institucional, a extinção das categorizações e das oposições excludentes iguais/diferentes, normais/deficientes – e em nível pessoal, que procuremos uma articulação, flexibilidade, interdependência entre as partes que se conflitavam nos nossos pensamentos, ações, sentimentos.

Verifica-se também de que forma a música pode ser um veículo de um ensino aprendizagem para a diversidade. Segundo Nascimento e Domingues (2009), a Musicoterapia no contexto escolar ou na Educação é um campo a ser explorado, desbravado, suscitando novas investigações na área abrindo novos campos de trabalho um novo paradigma.

Desta forma ao destacar a utilização da música como recurso para uma educação inclusiva é que se procurou verificar em pesquisas bibliográficas a eficácia de ambos, a inclusão e a musicalização na escola regular, para alcançar uma escola que atenda as necessidades individuais de cada vida humana que ali se encontra, e ao mesmo tempo trabalhar com a riqueza das diversidades que também compõe o cenário das escolas públicas brasileiras.

Ambientes humanos de convivência e de aprendizado são plurais pela própria natureza e, assim sendo, a educação escolar não pode ser pensada e realizada senão a partir da ideia de uma formação integral do aluno, segundo suas capacidades, talentos e de um ensino participativo, solidário, acolhedor (MANTOAN, 2003, p.6).

Pretende-se, desta forma, que com a intervenção da música se apresente um ambiente capaz de proporcionar o enriquecimento das relações procurando alcançar uma educação integral de pessoas que em suas diversidades e limitações proporcionem novas perspectivas de inclusão e adaptação às novas realidades na formação humana dos (as) alunos (as) com alguma deficiência.

CONCEPÇÃO DE INCLUSÃO

A discussão referente à concepção inclusiva costuma se centrar nas linhas da organização sociopolítica indispensável a ser viabilizada nos direitos individuais do público a que é designada. No entanto, os avanços mais importantes e produzidos pela democratização da sociedade são regidos pelos movimentos de direitos humanos, que apontam a manifestação da constituição de espaços sociais menos excludentes e de alternativas para o convívio na diversidade. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005).

Nessa expectativa, a inclusão social passa a ser uma questão essencial da sociedade. A questão passou a ser complexa quando nos deparamos com a realidade de uma mesma sociedade, que busca recursos de sustentação e oportunidade para sua adequada pluralidade, a qual não é uma sociedade inclusiva. Mas o que é incluir? O uso de tal palavra nos remete a dois pontos fundamentais, que Bogdan e Biklein esclarece:

Inclusão/exclusão, um binômio que facilmente remete à ideia de um espaço, de um lugar onde se pode estar dentro ou fora; estar de um lado ou de outro de uma suposta fronteira. Estabelecer os limites dessa fronteira é algo bastante complicado. As fronteiras da exclusão aparecem, desaparecem e voltam a aparecer, multiplicam-se, disfarçam-se; seus limites ampliam-se, mudam de cor, de corpo, de nome e de linguagem. (BOGDAN E BIKLEIN, 1994, p. 4)

Assim surge um ponto fundamental e marca a educação especial, que tem sua base nas pesquisas do Frances Jean Itard (1774 -1838), a discussão envolve o caráter excludente do ensino especial, o que faz surgir a partir do XX as primeiras experiências de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em escolas regulares. Segundo Rodrigues, Krebs e Freitas (2005 apud Baggio e Casa Nova 2011) “Essas experiências acabam por adquirir apenas um caráter integrativo, isto é, os alunos estão presentes na sala de aula de ensino regular, mas não existem mecanismos efetivos para o seu real desenvolvimento cognitivo, não ocorrendo uma legítima inclusão”. E ressaltam ainda que:

Estar incluído é muito mais do que uma presença física: é um sentimento e uma prática mútua de pertença entre a escola e a criança, isto é, o jovem deve sentir que pertence à escola e a escola sentir que é responsável por ele. Esse sentimento de pertença pode assumir múltiplas formas e enquadramentos. (FREITAS, 2005 *apud* BAGGIO E CASA NOVA 2011).

Com a Declaração de Salamanca (1994), passa-se a pensar em um processo mais aprofundado de inclusão. O referido documento faz a retomada das resoluções da Conferência Mundial sobre Educação para Todos (1990) e, reafirmando em uma perspectiva de Direitos Humanos, o direito de todos à educação, independente de qualquer diferença ou particularidade. Desta forma segundo Baggio e Casa Nova (2011), a educação especial deixa de se configurar somente como um espaço próprio para a educação dos deficientes, ou excepcionais, mas como um conjunto de propostas e práticas educacionais que podem ser desenvolvidas em qualquer espaço, inclusive no sistema de ensino regular. Assim pensada, a educação dos alunos com necessidades educacionais especiais passa a ser responsabilidade do sistema educacional como um todo e não só de uma parte dele.

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) no 9.394/1996, o art. 1º define que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”. E, afirmando o que rege a Constituição, coloca no art. 3º, inciso I, o direito à “igualdade de condições para o acesso e permanência na escola”.

Passados dezoito anos da promulgação da LDB, a inclusão se tornou uma realidade nas instituições de ensino do país, mas ainda encontra certa resistência e incompreensão. Faz-se necessário o esclarecimento para sanar tais resistências, para que todas as crianças sejam respeitadas em suas especificidades e particularidades. Independente de onde e com quem se trabalha educação, a única certeza que se tem é que todos somos seres humanos, com identidade única, jamais igual a do outro. Rosa (2009), citada por Ferreira (2006), declara que a igualdade, um dos fundamentos da educação inclusiva, não é, de forma alguma, tornar igual. E acrescenta que incluir não é nivelar nem uniformizar o discurso e a prática, mas exatamente o contrário: as diferenças, em vez de inibidas, são valorizadas. Portanto o “aluno-padrão” não existe: cada integrante deste cenário deve ser valorizado como é, e todo o processo de ensino-aprendizagem deveriam levar em consideração estas diferenças.

De acordo com Ferreira (2006, *apud*, Rosa, 2009) com base em dispositivos constitucionais ou outras normas de caráter mais amplo, dirigidos aos direitos das pessoas com deficiência (denominados “os deficientes” em 1978, “os portadores de...” em 1988, “as pessoas portadoras de...” em 1989), desdobra-se a legislação educacional, dirigindo-se a uma população de alunos não constituída necessariamente apenas daqueles classificados como deficientes, mas que com eles compartilham, em tese, algumas demandas educacionais ditas especializadas ou adaptadas.

É imprescindível o papel do educador nesse processo irreversível de inclusão, percebê-lo como fundamento de uma ação humana e social. Após a exclusão total das pessoas com deficiência, chegamos hoje à reestruturação não apenas das instituições educacionais, mas também da sociedade para acolher essas pessoas. De acordo com Alves (2006, *apud*, Rosa, 2009) a prática cultural com orientação inclusiva requer o questionamento da estrutura organizacional da educação, especificamente, e da sociedade, de modo geral. Ao questionar a organização atual somos forçados a assumir um posicionamento frente à realidade, criando a demanda por uma nova reestruturação.

Essas são questões que não se encerram com conceitos ou mesmo definições, mas, pelo contrario propõe a reflexão sobre os caminhos passados e aqueles almejados, representados, sobretudo pela ação de educadores e familiares, presentes na vida dessas crianças e fazendo toda a diferença no histórico de sua existência.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA

Direito garantido pela Constituição Federal do Brasil(1988), a educação é um dever do Estado e da família e tem entre seus princípios, o de igualdade de condições de acesso, sendo salvaguardado o direito ao atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

A Declaração Universal dos Direitos das Crianças garante também o direito à educação e a cuidados especiais para a criança física ou mentalmente deficiente. E a partir dessas premissas, a Educação Inclusiva, surge em um cenário com as mais variadas problemáticas que vai desde a falta de estrutura física chegando à ineficiência profissional nas redes regulares de ensino do Brasil.

O que se entende por educação inclusiva?Para se compreender inclusão é preciso primeiramente romper com pensamentos e atitudes que de algum modo levam e permitem a exclusão dentro do ambiente escolar. Para Mantoan (2003)

A exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno, diante dos padrões de cientificidade do saber escolar. Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos (MANTOAN, 2003).

Sendo assim, a forma de incluir esses alunos tem que englobar novas condutas de ensinar e assim abrindo-se a novas maneiras de aprender. Ferreira (2011)afirma que a

inclusão tem a capacidade de oferecer ao aluno com NEE o direito de aprender juntamente com os seus colegas que não apresentam tais necessidades, oferece-lhes aprendizagens semelhantes e influência sociais apropriadas. Assim o processo de inclusão tem como intenção retirar a marca da deficiência, dessas crianças, preocupando-se com o seu desenvolvimento integral dentro de um espírito de atribuição, de conhecimento em todos os aspectos da vida escolar, no entanto jamais esquecendo a resposta às suas necessidades específicas.

Desta maneira é verificada uma urgência na transformação dos processos de inclusão escolar no Brasil. Conforme Stainbak (2002), os sistemas de ensino precisam dar respostas o que é imprescindível às necessidades educacionais, uma vez que todos os alunos, já que o movimento inclusivo nas escolas, por mais contestado, que ainda seja até mesmo pelo caráter ameaçador de toda e qualquer mudança, de maneira especial no meio educacional, é irreversível e satisfaz a todos pela sua coerência e pela ética do seu posicionamento social. A ocasião é refazer a educação escolar, seguindo novos paradigmas, princípios, ferramentas e tecnologias educacionais.

A filosofia da inclusão ao mesmo tempo ocasiona vantagens para os alunos sem deficiência, possibilitando que esses alunos possam perceber que mesmo tendo diferença, no entanto, as diferenças individuais precisam ser respeitadas e aceitas. Assim sendo, eles obtêm conhecimento que cada pessoa, sejam quais forem os nossas características, terá sempre alguma coisa de valor a oferecer aos outros.

O paradigma da inclusão aparece para que todos sejam notados por suas aptidões e competências individuais, sendo, portanto, acatados como cidadãos. Em relação à inclusão muitas são as dificuldades e, nesse sentido, uma delas está em descentralizar a deficiência para dar lugar a diversidade e a riqueza da coletividade. Na mesma direção, Omote (apud Oliveira, 2004, p. 81) traz que,

Mais do que avistar o portador de necessidades especiais e examiná-lo detidamente para se entender alguma coisa acerca da deficiência, é necessário olhar para a coletividade que o reconhece como portador de necessidades especiais, encaixando-o em um grupo de desviante e tratando-o distintamente. Alguma pessoa é deficiente diante uma audiência e dentro de certa das situações.

Nota-se, com base nestas ideias que nossas identidades são tomadas socialmente, o “ser” e o “não ser”, as “aptidões” e as “inaptidões”, o “fazer parte” e o “não fazer parte” e

aparecem na sociedade como impostas e não construídas. Assim, tudo que é distinto tende a ser negativo, ruim, errado e necessita ser eliminado.

Este pensamento, tão presente na sociedade, encontra-se no sistema capitalista respaldado e com isso uma limitação para se desenvolver uma sociedade com espaço para a inclusão, já que, para esse sistema, só apresenta existência significativa os melhores, os mais produtivos, os mais “habituais” e “semelhantes” (CARMO, 2006). Neste caso, as pessoas que têm alguma dificuldade ficam quase sempre à margem, inclusive, no âmbito da educação, sofrendo com os mais diversos tipos de preconceitos e sendo excluídos por suas diferenças.

Uma escola inclusiva deve estar pautada no respeito e na educação integral dos indivíduos. De acordo com Zanata (2004), a educação inclusiva é muito mais do que uma escola especial. Como tal, sua prática não necessita estar restrita a um sistema análogo de educação, e sim fazer parte da educação como um todo, ocorrendo nas escolas regulares e compondo-se em mais uma garantia de qualidade em educação.

A escola será inclusiva quando converter, não somente a rede física, mas também a postura, os costumes, a mentalidade dos educadores e da comunidade escolar num todo, no que se refere ao modo de ver e pensar acerca das diferenças e dos “diferentes”, para se ter conhecimento de como lidar com o heterogêneo e conviver com estas diferenças. Nesse sentido o Ministério da Educação (2006) menciona que a educação inclusiva é a educação para todos, a qual tem como intenção modificar o trajeto da exclusão ao criar espécies, estruturas e espaços para uma variedade de educando e suas diversidades.

A MÚSICA COMO CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO INTELECTUAL E SOCIAL.

A partir de agora entraremos no mundo da música, onde exploraremos suas potencialidades, seus benefícios e todo o seu poder dentro da vida humana. Mas desde quando o ser humano aprecia a música? Brécia (2003, p.67) afirma que "conhecemos a música desde o início de nossas vidas. Com um pulsar de célula se dividindo dentro do corpo de nossa mãe, já somos apresentados ao aspecto mais fundamental e universal da música: o ritmo".

Sendo parte do humano, a música é instrumento utilizado para vários fins. Podemos encontrá-las em bares, residências, rádios, propagandas, trilhas sonoras de filmes e novelas, em fim, ela está presente no cotidiano do indivíduo contemporâneo. Assim, não podemos separar a música da escola, sendo ela tão contundente na vida dos seres humanos.

Pereira(2007) afirma que autores como Richards (1969), Murphey (1990, 1992), Lima (2004), Pereira (2004), Meller (2006), Pessôa e Duqueviz (2006) abordam a utilização da música nas salas de aula como recurso didático lúdico e abrangente que pode ser utilizado para trabalhar as habilidades da língua e os componentes do sistema linguístico, bem como para promover interação, motivação e criar uma atmosfera de aprendizagem mais prazerosa e descontraída.

Com base em estudos nas áreas da Psicologia, da Neurologia e da Musicoterapia analisando o impacto da música sobre a vida humana, Pereira (2007 apud Tame 1984) afirma que é difícil encontrar uma única fração do corpo que não sofra a influência dos tons musicais. Assim a música exerce grande influência nos diversos sistemas do corpo humano, a autora afirma que a música tem poder estimulador e/ou inibidor para o funcionamento de inúmeros órgãos, enzimas e neurotransmissores, sendo usada mesmo como terapia em alguns casos de patologias físicas e mentais.

Desta forma independente de sua necessidade, de sua deficiência, a criança poderá ser envolvida por essa aprendizagem de forma a contribuir com um ensino voltado para a valorização do individual, trabalhando ao mesmo tempo a riqueza do coletivo. Envolvendo todos os alunos pela harmonia, ritmo e letra das canções que serão trabalhadas não apenas nas aulas de música. Sem exclusão ou acepção de pessoas, todos unidos em um único coral, formando uma mesma melodia, valorizada pelas diversas vozes que compõe o mesmo coro.

Neste sentido Micheletto (2009) afirma que as pessoas quando estão envolvidas pela música, acabam se esquecendo de suas dores, voltam ao passado e recordam de ocasiões que são inesquecíveis. A música durante muito tempo foi considerada como fundamental para a constituição do homem. Assim, a musicalização permite que o indivíduo se torne sensível e receptivo aos fenômenos sonoros e nessa perspectiva a os mesmos serão trabalhados dentro da escola, levando o aluno a desenvolver o gosto musical aprimorando também o seu conhecimento cultural.

A música se mostra adequada para o trabalho das mais variadas faixas etárias, pois trabalha simultaneamente os sentidos da audição, da fala, bem como a parte cognitiva do individuo. Para Willems (2007), a música é a atividade humana mais global, a mais harmoniosa, onde o ser humano é ao mesmo tempo material, espiritual, dinâmico, sensorial, afetivo, mental, em harmonia com as forças vitais que animam os reinos da natureza e as leis harmônicas do cosmos respeitando as diferentes etapas do desenvolvimento psicológico da criança. Acredita-se que as crianças com deficiências podem se desenvolver, se socializar, integrar à sociedade e aprender música de forma que se sinta em atividade prazerosa e enriquecedora para o seu desenvolvimento global como ser humano.

Conforme Gardiner (2002, *apud*, França e Loureiro, 2005) o estímulo musical produz reações neuropsicofisiológicas¹ específicas que são fatores primordiais no processo de aprendizagem que ocorre no período de desenvolvimento do sistema nervoso, este o acompanhará por toda vida. Ainda de acordo com o referido autor, o processo de ensino aprendizagem acontece em um dos mais importantes períodos do desenvolvimento do sistema nervoso, apresentando uma grande “flexibilidade” ou “plasticidade” neuronal, ou seja, serão estabelecidas novas sinapses e circuitos neuronais a partir de experiências sensórias motoras com interação no meio em que está inserido, um exemplo disso, é a criança interagindo com o universo musical. Isso resultará no aprimoramento de habilidades cognitivas que influenciarão o comportamento emocional deste indivíduo.

Nas aulas musicalizadas, os indivíduos entram naquele universo de sons e ritmos, e se envolvem impulsionadas pelos estímulos que aquela música traz. Nesse contexto o movimento, a expressão corporal, a audição e a voz cantada são impulsionados pelo ritmo, a melodia e também pela mensagem da obra trabalhada. E nesse universo sonoro todos os alunos são envolvidos por um momento diferenciado de aprendizado e autoconhecimento.

Segundo Brécia (2003) as atividades que envolvem a utilização de música desenvolvem a percepção auditiva, sensorio rítmica, expressão corporal e criatividade, além de proporcionar condições para que se desenvolva o aluno de forma integral. Podendo alcançar uma aprendizagem mais significativa, desenvolvendo a autoestima, a imaginação, a memória, concentração, contribuindo também para a socialização e a afetividade. Isso é bastante percebido nas apresentações musicais, onde os alunos são aplaudidos e valorizados pelo conjunto da obra, e não por esse ou aquele talento isoladamente.

A música unida a uma boa prática pedagógica tornarão as aulas mais dinâmicas e prazerosas. O educador precisa respeitar o interesse da criança, dando-lhes a possibilidade para o seu desenvolvimento pessoal, permitindo a esses alunos também, socialização com o outro. A prática musical na aprendizagem é utilizada por vários estudiosos como para Golanski e Pires (2009*apud* Santos e Miguel 2010), a música contribui:

Para desenvolver a inteligência e para a integração do ser humano como um todo. Ao educador cabe estar atento às diversas oportunidades de uso da música para melhor assimilação dos hábitos a serem transmitidos as crianças bem como dos conteúdos a serem apresentados a elas. Toda e qualquer oportunidade, em qualquer faixa-etária é propícia a musicalização dos educandos.

¹Funções do Sistema Nervo, principalmente no tocante às funções cognitivas ditas superiores. A extinta Psicofisiologia, é atualmente nomeada de Fisiologia e Neuropsicofisiologia, ambas as disciplinas nos cursos de Psicologia, Medicina. Está disponível em <http://www.neuro.ufc.br/LIVRO.htm>

Entretanto a utilização da música não favorece apenas a inteligência e a socialização, como já foi mencionado. Nesse sentido também será favorável o trabalho da música como estratégia de intervenção nas soluções de dificuldade de aprendizado, bem como de distúrbios de comportamento. A musicalização na escola inclusiva estimula a memória e a criatividade do indivíduo. Além disso, deve ser utilizada para proporcionar contato com novos estilos musicais, diferenciados dos habitualmente explorados pelos meios de comunicação brasileiros. Trazendo uma nova forma de se "saborear" a arte musical.

É relevante que a criança aprenda a expressar suas ideias e opiniões, participando ativamente de seu próprio processo de aprendizagem fora e dentro do ambiente escolar. Portanto a escola busca estimular os alunos a aprender gradativamente e selecionar, assimilar, interpretar, reformular, intuir, estimar, explicar e comunicar-se através da arte.

Freira (1996 *apud*, Pereira 2007) esclarece que o professor é semelhante a um artesão. Pois o tecido é para o artesão, assim como o fazer decente é para o educador, que necessita ser construído ininterruptamente pela junção e sobreposição de vários fios: as experiências, as crenças, as preferências, os estudos, ou seja, todo o conhecimento do professor. O ensinar pressupõe preparação, leitura, planejamento, tomada de decisões, execução das atividades planejadas no contexto da sala de aula, interação com os alunos e colegas de profissão e reflexões acerca do processo educacional, entre outros aspectos.

Este período representa um momento de reflexões sobre a nossa prática pedagógica e, por conseguinte, observar os avanços ou dificuldades de nossos alunos, no que diz respeito às metodologias pedagógicas utilizadas. A arte serve como objeto socializado das crianças, também dos adultos, já que a expressão vocal e corporal libera sentimentos guardados. A questão do emprego da arte como disciplina também esta prevista na LDB:

Assim, em 1996, com a LDB nº 9394/96 é definida a Arte como disciplina obrigatória nas escolas, porém a qualificação docente para essa demanda era limitada, sendo muitos professores foram, então, convidados a trabalhar nessa disciplina sem a qualificação necessária, situação que ate hoje encontramos em algumas escolas. Assim, em 1973, foi criado o curso de Educação Artística. Atualmente tramita uma lei que regulamenta a Arte nas três áreas de conhecimento: Música, Ciência e Visual. (LDB, 1996)

O ensinar de forma lúdica, independe da disciplina e do espaço estipulado dentro dos muros da escola, a aprendizagem continua nas atividades extraclasse, como nas aulas de lutas, canto, ginástica etc. As crianças como os adultos são submetidos a normas disciplinares

e as regras de como conquistar o conhecimento em questão. Piaget (2006) já defendia a importância do lúdico para a aprendizagem da criança, o mundo de “faz de conta”, um ambiente simbólico é necessário para despertar a criatividade da criança. Brincando a criança se desenvolve cognitivamente e socialmente, cantando, dançando, a criança traz sentimentos interiorizados através dos gestos, da voz, da capacidade de esquecer o mundo real e viver instantes de sentimentos sem se envergonharem dele.

Por outro lado Mantoan (2003, p.19), citado por Kebach e Duarte, afirma que: “Se pretendermos uma escola inclusiva é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a cidadania global, plena, livre de preconceito e que reconheça e valorize as diferenças”. Neste contexto é que pretende-se desenvolver por meio do poder da música propostas que alcancem a todos os alunos, promovendo assim a inclusão.

Ao vincular a música, presente no cotidiano dos alunos, no processo educacional, o educador permite que novos horizontes sejam abertos ao aprendizado dos educandos. Assim sendo, os alunos poderão adentrar a novas culturas, outros lugares e desta forma serem responsáveis, até mesmo, pela ruptura com o velho, trazendo à tona a oportunidade de escrever uma nova história de vida. Para Piaget (2006), educar consiste em:

[...] transformar a constituição psicobiológica do indivíduo em função do conjunto de realidades coletivas às quais a consciência comum atribui algum valor. Portanto, dois termos na relação constituída pela educação: de um lado, o indivíduo em crescimento, de outro, os valores sociais, intelectuais e morais nos quais o educador está encarregado de iniciá-lo (PIAGET, 2006, p. 139).

Mesmo com todos os benefícios apresentados pela música na educação inclusiva, a falta de informação unida ao preconceito e discriminação apresentados ao longo da história paralisam os resultados que esse trabalho pode alcançar. O que determina tanto na educação musical, quanto na educação inclusiva por parte de alguns grupos sociais, políticos e culturais uma delimitação de tais processos em “normais” e “anormais”, entre “talentosos”, “habilidosos”, “competentes” e os “não possuidores de dons” tornam esse processo de desenvolvimento e valorização das diversidades mais lentas e incompletas. Nesse sentido Marques (2001, p.116) citado por Kebach e Vitória (2008), aponta que “deve-se reconsiderar o sentido dado aos seres humanos enquanto sujeitos do mundo, afim de que os alunos possam ser considerados na diversidade/igualdade que os constitui”.

Ao apropriar dessa verdade o aluno e o educador poderão acreditar na inclusão como meio de transformação de pensamentos e atitudes, que transformarão, não apenas a realidade

daqueles que sofrem algum tipo de exclusão pela sua deficiência. Mas poderá proporcionar a riqueza de uma cultura que valoriza o ser humano, pela sua diversidade. Todos somos igualmente diferentes, e como tal, temos os mesmos direitos: o de sermos respeitados e valorizados com ser único e capaz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho utilizamos a pesquisa de natureza bibliográfica, pretendendo abordar literaturas que apresentam os benefícios da prática da Educação Musical e a Musicoterapia, como recursos para inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, na rede regular de ensino.

O estudo foi embasado na revisão literária das práticas em educação musical especial, onde foram identificadas abordagens e concepções além de princípios e conceitos com foco nas possibilidades reais nos benefícios trazidos pela utilização da música, bem como o ensino dela nas escolas. Conforme esclarece Bogdan e Biklen (1994),

[...] um campo que era anteriormente dominado pelas questões da mensuração, definições, variáveis, testes de hipóteses e estatísticas alargou-se para contemplar uma metodologia de investigação que enfatiza a descrição, a indução, a teoria fundamentada e o estudo das percepções pessoais. Designamos esta abordagem por Investigação Qualitativa.

Desta forma utilizamos, sobretudo, a pesquisa de caráter qualitativo, isso porque, se caracteriza pela valorização do ser humano enquanto aprendiz e ao mesmo tempo construtor de sua própria história. Enaltecendo a importância de um ensino aprendizagem pautado no respeito, na integração social, bem como na compreensão e transformação desta realidade.

No entanto procuramos compreender o processo das relações estabelecidas na escola, em especial sobre a vida das crianças estudadas nas escolas do município de Uruana, no estado de Goiás. Assim nesta investigação qualitativa, o contexto social, permeado por uma desestrutura familiar, dentre a falta de oportunidade e desenvolvimento apresentado na realidade da cidade estudada, trouxe a preocupação primordial, de buscar orientações teóricas e bibliográficas a análise da realidade socialmente construída.

Cabe resaltar que não houve registro de trabalhos inclusivos envolvendo a música, realizados nas escolas regulares pesquisadas. O que torna o presente estudo ainda mais necessário para oportunizar novos rumos para a inclusão de alunos com deficiências mentais, físicas ou psicológicas. Assim a utilização da música é um caminho para alcançarmos a

igualdade de oportunidade dentro dos diferentes contextos de vida que nos são apresentados no cotidiano escolar.

Por fim consideramos que ainda há muito que ser feito pela educação inclusiva. E esclarecemos que acreditamos na música como meio para se alcançar essa educação que inclui, sem excluir. Considerando o final de um espetáculo onde, todos os aplausos são dados e recebidos, sem distinção. Um coral quando ovacionado não percebem os elogios remetidos para o branco ou para o negro, nem tão pouco para o cadeirante ou para o deficiente visual. Realmente juntos, são igualmente aplaudidos em um todo único e igual, onde o que realmente importa é o resultado da apresentação e não o brilho individual. O mesmo coro entoando em vozes diferentes em uma canção. Como em um céu iluminado em uma noite estrelada, jamais um brilho de uma estrela solitária será mais belo do que todas elas reluzindo simultaneamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BEYER, Hugo. *Da integração escolar a educação inclusiva: implicações pedagógicas*. In: BAPTISTA, Cláudio Roberto. *Inclusão e escolarização*. Porto Alegre: Medicação, 2006.

BOGDAN, Roberto; BIKLEN, Sari. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Portugal: Porto Editora, 1994.

BRÉSCIA, Vera Pessagno. *Educação Musical: bases psicológicas e ação preventiva*. São Paulo: Átomos, 2003.

COSTA, Andréia de Souza Mendonça, MARQUES, Eliana Souza da Costa e FERNANDES, Sandra de Freitas Paniago. *Público do ensino especial: limites e potencialidades*. pacto pela educação. Secretaria de Educação. Ceres, 2014.

CUNHA, Leonardo C. Mendes. *A música no seu cérebro: a ciência de uma obsessão humana*. Livro de Daniel Levitin – Resenha. Salvador, 2010.

FERREIRA, Paulo Roberto Pereira. *A Música como fator de inclusão para alunos com deficiência auditiva*. UNB Brasília/2011.

FRANÇA, Cecília Cavaliera e LOUREIRO, Cybelle M. Veiga. *Função da musicoterapia na educação musical especial: da inclusão física à integração do portador de atraso do desenvolvimento no ensino regular da música*. XIV Encontro Anual da ABEM, Belo Horizonte, 2005.

ILZA Bueno dos Santos et. al. *Musicoterapia como proposta de ferramenta pedagógica: uso e aplicação da música no suporte às dificuldades de aprendizagem*. 2010.

KEBACH, Patrícia e VITÓRIA, Rosangela. *Educação Musical e Educação Especial: Processo de Inclusão no Sistema Regular de Ensino*. UFRGS, Taquara, 2008.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. *Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?* São Paulo: Moderna, 2003.

NASCIMENTO, Sandra Rocha do; DOMINGUES Maria Hermínia M.S. *O Estado da Arte sobre Musicoterapia na Educação: limites e possibilidades na pesquisa, na teoria e na prática musicoterápica*. In: Anais do XIII Simpósio Brasileiro de Musicoterapia, XI Fórum Paranaense de Musicoterapia e IX Encontro Nacional de Pesquisa em Musicoterapia. Organização AMT-PR. Curitiba: Griffin, 2009.

PEREIRA, Paula Graciano. *Reflexões sobre o uso de música na sala de aulas de LE: As crenças e a prática de dois professores de Inglês*. UFG Goiânia/2007.

PIAGET, Jean. *Psicologia e pedagogia*. Rio de Janeiro: Forense Universitária. 2006.

ROSA, Ângela Coronel. *Educação Inclusiva*. Universidade Luterana do Brasil (ULBRA) - Curitiba: Editora Ibpx, 2009.

SANTOS, Marco Antonio C. *Música como instrumento de inclusão*. In: IX ENCONTRO ANUAL DA ABEM. Anais. Belém: ABEM, 2000.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. *Inclusão - Um Guia para Educadores*. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.